

Democracia, revolução capitalista e Primavera Árabe

Luiz Carlos Bresser-Pereira

The “Arab Spring” opened room for democracy, but countries like Egypt and Tunisia that were successful in their popular revolt will only succeed if they also realize their national and industrial revolution, or, in one word, their capitalist revolution. This is not the view of the “liberal-institutionalist” approach, which believes that political development is independent of economic development, but of the advocates of “historic-structuralist” approach or theory. The previous condition for a consolidate democracy is that the country adopts a developmental strategy, forms an independent nation-state, and industrialize. This is the real challenge that countries like Egypt and Tunisia face.

No segundo semestre de 2010, enquanto ocorriam rebeliões populares na Tunísia e no Egito, o mundo celebrou a “Primavera Árabe” – a democracia que chegava ao centro do Islã. De repente, todos, não importavam quais fossem seus interesses de classe e de nação, estavam de acordo. O Ocidente parecia haver esquecido que fora o Império, que desde meados do século XIX havia imposto sua vontade ao Oriente Médio e, assim, limitado suas possibilidades de desenvolvimento econômico e político; os intelectuais democráticos e progressistas se enchiam de esperança; e os islâmicos permaneciam calados. Todos esperavam a democracia. Hoje, passado mais de um ano, vários governos foram derrubados – uns, pelo povo; o da Líbia, pelo Ocidente –, mas a democracia ainda não chegou em parte alguma, e, diante das vitórias eleitorais dos partidos islâmicos na Tunísia e no Egito, o Ocidente começou a se perguntar se a primavera não foi realmente um inverno, porque os partidos islâmicos são nacionalistas. Não creio que essa preocupação seja

fundada, mas ficou mais uma vez claro que não é possível instaurar a democracia de uma hora para outra em um país.

Para compreender o que está acontecendo no Oriente Médio é preciso considerar duas teorias: a tese “liberal-institucionalista” e a tese “histórico-estruturalista” de transição e consolidação democrática. A visão liberal-institucionalista é aceita pelas elites em todo o mundo, senão explícita, pelo menos tacitamente. É uma abordagem institucional porque corresponde ao “novo institucionalismo” que se tornou dominante nas universidades e no pensamento convencional desde os anos 1980; é uma abordagem liberal, porque o liberalismo econômico ou neoliberalismo foi a ideologia hegemônica nos 30 Anos Neoliberais do Capitalismo (1979-2008);¹ é uma abordagem

Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas onde pesquisa e ensina teoria econômica e teoria política desde 1959; foi ministro da Fazenda (1987) e ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998).

voluntarista porque supõe que a transição de um regime autoritário para um regime democrático se realiza com relativa facilidade: que seria fruto da vontade de suas elites de realizar reformas institucionais ou jurídicas que implantem o estado de direito e a democracia.

Não há no pensamento liberal-institucionalista uma concepção de sociedade e de história; há apenas uma teoria política normativa que pretende definir abstratamente o que é liberdade, justiça, e democracia. Mas, como é impossível escapar da história, o pressuposto é que esta se divide em duas fases: uma “atrasada” ou tradicional, na qual domina o autoritarismo, e outra “moderna”, liberal e democrática. A passagem de uma fase para a outra se faz através da decisão da sociedade civil de estabelecer o estado de direito e o direito de votar e ser votado, ou, em outras palavras, o direitos civis e os direitos políticos, implantando, assim, a democracia. O obstáculo a ser enfrentado são os governantes ditatoriais e geralmente corruptos que governam os países atrasados.

Foi essa visão das transições e consolidações democráticas que levou o Ocidente a receber de forma favorável as rebeliões dos países árabes. Mas não compreendeu que os revoltosos não queriam apenas a democracia; queriam também o desenvolvimento, ou, em uma linguagem que eles compreendem melhor, queriam emprego e bem-estar econômico. Em dezembro de 2011, o jornalista Lourival Sant’Anna entrevistou em Sid Bouzid, Tunísia, três homens que faziam greve de fome: “‘Queremos emprego’, diz Hafed Kodme, de 28 anos, formado há quatro anos em Engenharia Mecânica; ao seu lado, Mohamed Guachi, de 27 anos, formado em História há 6 anos, e Fakei Jebli, de 27 anos, que terminou o curso de Filosofia há cinco anos. Os três nunca tiveram emprego”. Não foi, portanto, surpreendente quando

nas duas primeiras eleições que se seguiram, na Tunísia e no Egito, partidos nacionalistas islâmicos venceram por ampla margem, e a esperança ingênua do Ocidente se transformou em desconcerto. Afinal, parece que não é tão simples assim a democratização de uma sociedade.

Revolução nacional e industrial

A visão alternativa, histórico-estruturalista e desenvolvimentista, parte do pressuposto que o desenvolvimento em cada sociedade passa por um momento crucial que é a revolução capitalista: a formação do Estado-nação e a revolução industrial. Para diferenciá-la das demais teorias histórico-estruturais que buscam explicar a democracia relacionando-a com o desenvolvimento econômico, talvez pudesse ser chamada de “tese da revolução capitalista”. Sua afirmação principal é que a revolução capitalista facilita a transição de uma sociedade para a democracia e é uma condição para que a democracia conquistada se torne consolidada. Na análise da passagem das sociedades pré-capitalistas e autoritárias para as capitalistas podemos distinguir três grupos de países que já a realizaram e dois que ainda não. Entre os primeiros temos os países europeus que realizaram originalmente sua revolução capitalista (Inglaterra, França, Alemanha, etc.), as ex-colônias britânicas onde se implantaram colônias de povoamento (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), e os demais países que foram submetidos ao imperialismo industrial ou moderno, mas, mais tarde, se tornaram democracias consolidadas. Inglaterra e França realizaram sua revolução industrial no quadro do Estado mercantilista que foi a primeira forma de

desenvolvimentismo. Entre os países que tiveram que enfrentar o imperialismo moderno para se desenvolver o primeiro foi o Japão – e também realizou sua revolução nacional e industrial no quadro do desenvolvimentismo, não do liberalismo econômico. Ainda que haja diferenças entre os países do primeiro e do segundo grupo, suas democracias podem ser consideradas unitariamente como “democracias originais”, enquanto que no terceiro grupo, onde temos países como o Japão, a Turquia, o Brasil e a Índia, temos “democracias retardatárias”. Entre os países que ainda não completaram sua revolução capitalista temos os países pobres, como é o caso da Bolívia, do Senegal e de Bangladesh, e os países pré-industriais, como é o caso da Tunísia e do Egito, do Peru e da Venezuela.

O desenvolvimento econômico das sociedades que, mais tarde, se tornariam democracias originais começou, na Europa, por uma revolução agrícola, no século XI, que viabilizou a exploração agrícola nas terras altas, e por uma revolução comercial, a partir do século XIV, que estabeleceu as bases para a acumulação de capital originária.² Mas o desenvolvimento econômico só realmente começa com a revolução nacional ou formação do Estado-nação que permitirá a criação de um mercado interno grande e seguro, e com a revolução industrial que se valerá desse mercado interno e das instituições estatais que garantem o estado de direito para iniciar o acelerado processo de aumento da produtividade através da transferência de mão de obra para a indústria que é, em cada país, a revolução industrial. Em outras palavras, implicou sempre que a revolução capitalista se completasse, e que a sociedade passasse a ser coordenada pelo mercado, mas não o mercado instável do Estado liberal, mas o mercado regulado e dirigido do Estado mercantilista – a

primeira forma histórica de Estado desenvolvimentista. A revolução capitalista não significou que o mercado passasse a coordenar sozinho o sistema econômico – isto é absurdo – mas que esta tarefa de coordenação que é em primeiro lugar do Estado (que se define como o sistema constitucional e a organização que o garante) passasse a ser também realizada pela concorrência no mercado.

A revolução capitalista e o desenvolvimento implicaram também no surgimento de uma grande classe média burguesa e profissional que proporcionou maior estabilidade política à nação. A classe profissional surge em um segundo momento da revolução capitalista, quando as unidades de produção deixam de ser empresas familiares, para serem grandes organizações burocráticas administradas por profissionais, configurando-se o que poderíamos chamar de “revolução organizacional”. Surge, então, uma grande classe média profissional que, definitivamente, consolidou a democracia.

As revoluções capitalistas foram sempre realizadas no quadro de regimes autoritários. Não houve nenhuma revolução nacional e industrial no quadro da democracia – entendida esta minimamente como o regime político que garante os direitos civis e o sufrágio universal. A revolução capitalista ou ocorreu em sociedades inteiramente autoritárias, como foi o caso das revoluções capitalistas na Inglaterra e na França que ocorreram no quadro da transição do Estado absoluto para o liberal, ou, quando essa revolução aconteceu mais tarde, como foi o caso dos Estados Unidos, no quadro dos Estados liberais no sentido político que asseguravam os direitos civis, mas Estados desenvolvimentistas, que buscavam regular o mercado e induzir o desenvolvimento econômico.

Nas sociedades pré-capitalistas a democracia era impossível porque a oligarquia

dominante dependia do controle do Estado para se apropriar do excedente econômico – o que ela fazia através da tributação, da escravidão, da servidão, do botim, do patrimonialismo, e da corrupção. Só depois de completada a revolução capitalista, quando a apropriação do excedente passa a ser realizada no mercado, através de lucros e altos ordenados, é possível haver democracia, porque então não há mais uma oligarquia que imponha um veto absoluto ao sistema democrático. A nova classe dirigente, a burguesia, teme o regime democrático, mas não tem razão para vetá-lo.³ Mesmo assim, na Inglaterra e na França, depois de ter sido completada a revolução capitalista, foi preciso quase um século para que o sufrágio universal fosse aceito e o regime pudesse ser considerado minimamente democrático. Durante o século XIX os liberais temiam a “ditadura da maioria” e, por isso, recusavam aos trabalhadores e aos pobres a democracia que eles demandavam.

Revoluções nacionalistas

Nos países retardatários – que realizaram com atraso sua revolução capitalista – os democratas tiveram que enfrentar um adversário adicional: o Ocidente formado pelos países que se desenvolveram originariamente e se tornaram imperialistas. Esses países subdividiram-se em três grupos: o das sociedades asiáticas que só se submeteram ao imperialismo industrial no século XIX, porque eram antigas grandes civilizações (como a japonesa, a chinesa e a indiana) e o Ocidente não pode dominá-las senão depois de se industrializarem; as sociedades mais atrasadas da Ásia e da África, a maioria das quais também só se tornaram colônias depois da revolução capitalista; e os países latino-americanos, nos quais grande parte da população

autóctone foi dizimada, e duas potências mercantilistas puderam colonizá-los desde o século XVI, mas no início do século XIX se tornaram independentes geralmente com o apoio da Inglaterra.

Deixando de lado o caso mais complexo das grandes civilizações, nos dois outros grupos de países seu desenvolvimento geralmente começou pela exploração de um recurso natural abundante e barato. Os elevados lucros e rendas viabilizados com a exportação da respectiva *commodity* garantiram a acumulação originária, mas deram origem à doença holandesa – uma sobreapreciação crônica da taxa de câmbio que inviabilizava a industrialização.⁴ As elites dependentes desses países, com frequência corruptas,⁵ e sempre desinteressadas em relação à revolução nacional e industrial de seu próprio país, aceitavam a associação que as potências imperiais lhes propunham. Estas se interessavam e continuam se interessando pelos mercados internos dessas semicolônias que, inicialmente, capturavam através de exportações de bens industriais (daí a defesa da abertura comercial), e, mais tarde, quando os países protegeram seu mercado interno, através de investimentos diretos de suas multinacionais (sem que houvesse necessidade de oferecer em troca seu próprio mercado interno). Nos dois períodos, a dominação se exerceu também através de financiamentos externos que, ao apreciarem a taxa de câmbio (como também ocorria com os investimentos diretos), acabavam por financiar mais o consumo do que o investimento e agravavam a dependência.

Além de serem contrárias à formação do Estado-nação e à industrialização, essas elites opunham-se também à democracia, já que o controle direto do Estado era necessário para que elas pudessem se apropriar do excedente econômico gerado pela *commodity* exportada. Essa *commodity* sofria

(ou sofre ainda) alguma taxaçoão que é, geralmente, insuficiente para neutralizar a doença holandesa, mas é suficiente para enriquecer as elites locais que compram bens de luxo na metrópole. Para elas o *rent seeking* ou busca de rendas é uma atividade fundamental e diuturna.

Entretanto, mais cedo ou mais tarde elites intelectuais e burguesas nacionalistas do país retardatário (que podem ser aristocráticas, burocráticas, ou burguesas), apoiadas por um povo crescentemente educado, se revoltam contra esse quadro de imperialismo-dependência e logram iniciar a revolução nacionalista e capitalista apoiadas em uma estratégia desenvolvimentista. O grande desafio que enfrentam hoje a Tunísia e o Egito é esse. Além de “nacional” a revolução precisa ser “desenvolvimentista” – entendendo-se o desenvolvimentismo como um razoável nacionalismo econômico somado a uma política de intervenção moderada do Estado nos mercados visando o desenvolvimento econômico e social. Nesse nacionalismo econômico é necessário que haja um elemento “anti” para que o país possa enfrentar o Ocidente e praticar as políticas e reformas econômicas que contribuem para seu desenvolvimento.⁶

A primeira revolução retardatária nacionalista foi a Restauração Meiji, no Japão, em 1868.⁷ Depois, para citar apenas algumas, tivemos a Revolução Mexicana de 1910-1920; a Guerra da Independência Turca, secularista, de Kemal Atatürk, de 1923; a Revolução de 1930, no Brasil; a Independência Indiana de 1947; a Revolução Chinesa de 1949;⁸ e finalmente a Revolução Iraniana, de 1979. Dentre essas revoluções, apenas as duas últimas não se transformaram ainda em democracias, mas isto tenderá a ocorrer. Como os trabalhadores e as classes médias sempre lutam pela democracia, depois de realizada a revolução capitalista as novas elites dirigentes

burguesas e profissionais deixam de vetá-la, e esses países tendem a transitar para a democracia.

Neste resumo estilizado do desenvolvimento político das sociedades modernas quase todos os países de renda média já completaram sua revolução capitalista e são democráticos ou tendem a se tornar democráticos. Mais difícil é a situação dos países pobres, e dos países “pré-industriais”. Estes últimos são países que têm uma classe trabalhadora nos setores de serviços e uma classe média profissional educada, mas lhes falta a indústria manufatureira que lhes permita realizarem a revolução capitalista e serem países de renda média; estão prontos para iniciar sua revolução nacional e industrial, mas ainda estão dominadas por elites corruptas associadas ao Ocidente. Já são ou poderão se tornar democracias antes de completarem suas revoluções capitalistas, mas não serão democracias consolidadas. Nesses países estão ocorrendo tentativas de revolução nacionalista visando formar verdadeiros Estados-nação no quadro da democracia, mas, quando são democracias, não são democracias consolidadas. Seus governos estão sempre ameaçados por golpes de Estado partindo de representantes das suas elites dependentes que contam com o apoio interessado do Ocidente. Suas democracias só se tornarão consolidadas quando, com a revolução nacional e industrial, seu excedente econômico for apropriado principalmente no mercado. Só então as elites locais mercantis e burocráticas deixarão de ameaçar com golpes de Estado sempre que perderem eleições. Por outro lado, só então a classe trabalhadora e a classe média profissional terão força suficiente para serem as guardiãs de democracia – algo que elas farão porque sabem que só assim podem participar desse excedente através da construção de um estado do bem-estar social.

Caminho para a democracia

No Oriente Médio o caminho a percorrer em direção à democracia é longo. O caminho escolhido pela Turquia – da revolução nacionalista secular – foi bem-sucedido. Mas as tentativas de copiá-lo no Egito de Nasser, no Irã de Mossadegh, no Iraque e na Síria do Partido Baath, fracassaram, derrotadas pelo imperialismo e pela corrupção das próprias elites secularistas, e o modelo se desmoralizou. O Irã, desde 1979, tenta realizar sua revolução capitalista com apoio da religião – através de um regime islâmico. Não há novidade em apoiar as revoluções capitalistas na religião. A Inglaterra de Henrique VIII é um exemplo clássico. Dará certo uma revolução nacionalista e, portanto, necessariamente modernizadora, no quadro de um regime islâmico, no qual um fundamentalismo religioso está presente? Eu creio que sim, embora não haja qualquer garantia a respeito. Os partidos Baath no Iraque e na Síria foram originalmente nacionalistas, mas deixaram-se corromper e fracassaram em promover a revolução capitalista de seus países. Por outro lado, como o fundamentalismo usado para unir o povo é absurdo no mundo de hoje, será necessariamente abandonado assim que haja algum desenvolvimento. Já houve abrandamento do fundamentalismo do partido islâmico que hoje governa a Turquia, e o mesmo ocorreu no Egito com a Irmandade Muçulmana.

Podemos naturalmente ter dúvidas a respeito dessa questão, mas não podemos duvidar que no Oriente Médio, como em qualquer outra região do mundo, as democracias só serão consolidadas se suas sociedades lograrem a autonomia nacional e realizaram sua respectiva revolução capitalista. Naturalmente, a tese liberal-institucionalista rejeita essa ideia, porque está comprometida com uma lógica imperial que eu considero superada. Não há mais espaço

para o fundamentalismo religioso, não há também espaço para o imperialismo ou o colonialismo em uma sociedade mundial onde a garantia dos direitos de cidadania e o valor da democracia se tornaram hegemônicos. Em termos nacionais, os custos econômicos do imperialismo são hoje maiores do que os benefícios; o imperialismo ocidental hoje só beneficia setores limitados dos países ricos. No momento em que a bandeira dos Estados Unidos foi baixada no Iraque marcando o fim da guerra que matou pelo menos 129 mil pessoas, o editorial do jornal *Folha de S. Paulo* (17.12.2012) resumiu: “a Guerra do Iraque aumentou isolamento internacional dos EUA, impulsionou o extremismo islâmico e não disseminou a democracia”. O povo americano definitivamente não ganhou com essa guerra, como não ganha com as recomendações e pressões que seu governo e suas elites fazem sobre os países em desenvolvimento com o apoio dos demais países ricos.

O neoliberalismo se empenhou em negar o caráter imperialista do domínio do Ocidente. Mas o fracasso das reformas neoliberais em promover o desenvolvimento dos países retardatários, o brutal aumento da desigualdade, e as seguidas crises financeiras que atingiram tanto os países em desenvolvimento quanto os países ricos que adotaram suas políticas, mostraram a falta de fundamento científico das teses econômicas e políticas que tentam justificar essas políticas. Também a tese liberal-institucionalista da democracia não tem base na história: é mera ideologia. A tese alternativa da revolução capitalista que apresentei não é uma receita ou um plano de voo. Mas foi um caminho trilhado com êxito por povos que afinal, através de erros e acertos, lograram mudar as condições estruturais que impediam seu desenvolvimento econômico e político, e hoje são democracias consolidadas.

Fevereiro de 2013

Notas

1. Neste artigo uso a palavra “liberal” para me referir ao liberalismo econômico, não para me referir ao liberalismo político – a afirmação dos direitos civis ou do estado de direito – que entendo como uma conquista da humanidade. Liberalismo econômico e neoliberalismo são para mim sinônimos.
2. A rigor, antes da revolução comercial, que na Europa começa no Norte da Itália, no século XIV, houve uma revolução agrícola nos séculos X e XI que permitiu o cultivo das terras altas que seria essencial para a revolução comercial.
3. Desenvolvi teoricamente essa tese em Luiz Carlos Bresser-Pereira (2011). “Transição, consolidação democrática e revolução capitalista”, *Dados Revista de Ciências Sociais*, 54 (2): 223-258.
4. Luiz Carlos Bresser-Pereira (2010). *Globalização e competição*. São Paulo: Editora Elsevier-Campus.
5. Não foi esse o caso das elites brasileiras tanto no período imperial quanto no da Primeira República (1889-1930), onde as elites eram alienadas mas não corruptas.
6. A revolução nacional é simplesmente a formação do Estado-nação; ela se distingue da revolução nacionalista porque, segundo argumentou Barbosa Lima Sobrinho (*Desde quando somos nacionalistas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963), no conceito de nacionalismo existe sempre um elemento “anti”.
7. A Restauração Meiji foi uma revolução comandada por uma aristocracia e uma burocracia que reagiam contra a humilhação que lhes impôs a armada Americana do Comodoro Mathew Perry que, em 1853, entrou na baía de Tóquio e obrigou o Japão a se abrir para o comércio com o Ocidente.
8. Mao Tse-Tung imaginava estar realizando uma revolução socialista, mas estava realizando a primeira fase da Revolução Capitalista Chinesa, que seria completada por Deng Xiaoping a partir de 1980.